

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

RESUMO EXPANDIDO

ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA: PROCESSOS FORMATIVOS EM DIREITOS HUMANOS NO PROJETO EPEPD/UFF

Karen de Sales Colen¹

Luiza Alves Chaves²

Walber da Silva Gevu³

RESUMO:

Este artigo investiga os processos formativos e educativos em direitos humanos e antidiscriminação no contexto escolar do ensino fundamental da região Metropolitana e Sul Fluminense, a partir da experiência extensionista desenvolvida pelo Projeto *Experimentação: Prática, Ensino e Pesquisa no Direito* (EPEPD), da Universidade Federal Fluminense (UFF). O objetivo é analisar como processos de formação crítica, dirigidos simultaneamente a discentes e docentes universitários e da educação básica, podem consolidar uma prática político-pedagógica em direitos humanos, promovendo a justiça social e uma educação antidiscriminatória. A pesquisa parte do desafio contemporâneo de promover práticas educativas que contemplem um modelo coletivo de construção do ensino jurídico entre discentes e docentes, que visem enfrentar uma multiplicidade de opressões que se articulam de maneira interseccional na sociedade e se manifestam no cotidiano de escolas públicas brasileiras, particularmente, nas Escolas Municipais *Walmir de Freitas* e *Antineia Silveira Miranda*, localizadas, respectivamente, nos municípios de Volta Redonda e Niterói, no Rio de Janeiro. A metodologia para esta análise é qualitativa e interdisciplinar, dialogando com referências sobre educação jurídica popular e a educação como ferramenta emancipatória. Os principais resultados se baseiam nas ações do projeto de extensão, tais como: formação técnica e pedagógica de discentes da graduação em Direito da UFF para atuação em atividades práticas com estudantes do ensino fundamental II; formação sobre direitos fundamentais e temas relativos à gênero e raça para docentes das Escolas; e visitas presenciais às Escolas para concretização de oficinas participativas com adolescentes. Esses resultados apontam caminhos que transpõem as abordagens tradicionais da formação jurídica universitária. Assim, essa iniciativa extensionista, que parte da articulação e aproximação entre a

¹ Doutora e mestra em Ciências Jurídicas e Sociais (PPGSD/UFF), Pesquisadora em Direitos Humanos no Projeto DIJURE, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), karencolen@id.uff.br, <http://lattes.cnpq.br/5131557721912500>.

² Doutora e mestra em Ciências Jurídicas e Sociais (PPGSD/UFF), Professora Adjunta de Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF-VR), luizachaves@id.uff.br, <http://lattes.cnpq.br/9350265341415578>.

³ Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional (PPGD/PUC-Rio), Doutorando em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGD/UERJ), walbergevu.adv@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/4874322623803635>.

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

universidade e a sociedade civil, fortalece a formação discente e docente das redes municipais de ensino público, ao ampliar as possibilidades de compreensão sobre o exercício da cidadania e de intervenção diante de situações discriminatórias e, paralelamente, qualifica a formação de estudantes da graduação, pois ao vivenciarem a práxis extensionista, podem aprofundar o conhecimento sobre a função social do Direito.

Palavras-chave: Extensão; Antidiscriminação; Educação jurídica popular.

DESTAQUES:

- Consolidação, sob o prisma interdisciplinar e interseccional, de metodologias participativas como tecnologia social de formação crítica;
- Promoção de formação integrada de docentes e discentes da educação básica e de estudantes da graduação em Direito como prática que horizontaliza saberes;
- Concretização de oficinas participativas como dispositivo de inovação pedagógica em direitos humanos;
- Articulação entre universidade e escola como instrumento empírico de inovação social.

DESENVOLVIMENTO

O projeto de extensão *Experimentação: Prática, Ensino e Pesquisa no Direito* (EPEPD), é desenvolvido, desde 2023, na Universidade Federal Fluminense (UFF), no campus de Volta Redonda, e busca aproximar a universidade da comunidade, levando noções básicas de Direito a adolescentes e professoras e professores da rede pública de ensino, por meio de visitas a escolas municipais. O Projeto trabalha a partir de metodologias qualitativas e participativas, buscando a compreensão de que o Direito é uma prática social inserida em contextos sociais, históricos, culturais e institucionais concretos e multifacetados. Assim, ao considerar que a articulação entre teoria e prática é mais satisfatória se ambas as perspectivas caminharem juntas, o Projeto de extensão adota a chave de leitura interdisciplinar (Fazenda, 2018) e interseccional (Crenshaw,

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis



Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito



Universidade
Federal
Fluminense

2002; Akotirene, 2019), para aprofundar o caminho das escolhas metodológicas do ensinar (Gadotti, 2004).

Para esta nova edição do Projeto EPEPD, o problema que norteia as suas atividades é: como processos de formação crítica, dirigidos simultaneamente a discentes e docentes universitários e da educação básica, podem consolidar uma prática político-pedagógica em direitos humanos, promovendo a justiça social e uma educação antidiscriminatória? A justificativa para essa escolha está na importância de construir subsídios para o enfrentamento de desigualdades sociais, raciais e de gênero no contexto escolar. Desse modo, a pesquisa parte do desafio contemporâneo de promover práticas educativas que contemplem um modelo coletivo de construção do ensino jurídico entre discentes e docentes da graduação em Direito, que visem enfrentar uma multiplicidade de opressões que se articulam de maneira interseccional na sociedade e se manifestam no cotidiano de escolas públicas brasileiras.

Para tanto, nesta edição de 2025, trabalhou-se com a temática da educação antirracista, por estar vinculado ao projeto pedagógico anual da *Escola Municipal Walmir de Freitas*, e com a temática do combate ao *bullying* e ao *cyberbullying*, como demanda da *Escola Municipal Antineia Silveira Miranda*. Na primeira escola, o trabalho foi desenvolvido em continuidade às atividades realizadas no ano de 2024, pois diante da experiência positiva relatada pela coordenação e direção da *Escola Municipal Walmir de Freitas*, o Projeto foi convidado a realizar novas formações sociojurídicas, começando, pela primeira vez, a trabalhar diretamente com professoras e professores de diferentes disciplinas antes de adentrar às salas de aula. Assim, esta etapa preparatória inédita buscou oferecer aos docentes noções fundamentais de Direito, possibilitando que assimilassem os conceitos, participassem ativamente das atividades e, sobretudo, incorporassem tais conhecimentos em sua prática pedagógica cotidiana. Assim, a capacitação se apresentou como um passo essencial para garantir que a educação jurídica ultrapassasse os limites pontuais das ações extensionistas, transformando-se em um recurso permanente no ambiente escolar.

Na segunda escola, por sua vez, a ideia foi ampliar o alcance da prática extensionista para as pessoas discentes da graduação em Direito da Universidade Federal Fluminense, do campus de Niterói, e de uma respectiva escola municipal. Após a indicação

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

de uma unidade escolar de período integral — diferente da escola anterior, que atua em dois turnos — o contato presencial para a explicação do Projeto e de suas atividades restou frutífero, pois foi aceito pela direção e pelo corpo docente da *Escola Municipal Antineia Silveira Miranda*. A visita à Escola foi marcada para dezembro deste ano, de modo que ao tempo da escrita do artigo completo se terá mais elementos para a sua dissertação e análise. Em todo caso, considera-se que a expansão para outro campus da UFF reforça o caráter replicável da iniciativa e demonstra a capacidade do Projeto em adaptar-se a distintos contextos institucionais, mantendo sua essência formativa.

Nesse sentido, com o objetivo geral de refletir sobre os processos formativos e educativos em direitos humanos e antidiscriminação, esse estudo tem como objetivos específicos a análise da concretização dos resultados alcançados, ainda que parciais, que dizem respeito a formação técnica e pedagógica de discentes da graduação em Direito da Universidade Federal Fluminense para atuação em atividades práticas com estudantes do ensino fundamental II, do 6º ao 9º anos, de ambas as Escolas Municipais, *Walmir de Freitas* e *Antineia Silveira Miranda*; a formação sobre direitos fundamentais e temas relativos à gênero e raça para docentes das Escolas; e as visitas presenciais às Escolas para concretização de oficinas participativas com adolescentes.

A metodologia para esta análise é qualitativa e interdisciplinar, dialogando com referências sobre educação jurídica popular e educação como ferramenta emancipatória. Baseia-se na compreensão de que a educação crítica e dialógica, orientada para a autonomia, é proporcionada a partir de experiências de ensino-aprendizagem que permitam à reflexão sobre o ser sujeito de sua própria história (Freire, 1996; 2001), e que a educação em e sobre direitos é uma das formas de fruição da cidadania e de enfrentamento de desigualdades, opressões e situações de vulnerabilidade (Gonçalves; Figueiredo, 2019). Assim, a análise busca captar tanto elementos estruturais quanto vivenciais, considerando relatos, percepções e transformações observadas ao longo do processo formativo.

Essa iniciativa extensionista, que parte da articulação e aproximação entre a universidade e a sociedade civil, fortalece a formação discente e docente das redes municipais de ensino público, ao ampliar as possibilidades de compreensão sobre o exercício da cidadania e de intervenção diante de situações discriminatórias e,

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

paralelamente, qualifica a formação de estudantes da graduação, aprofundando o conhecimento sobre a função social do Direito. Com isso, evidencia-se que a extensão universitária atua como ponte entre a produção acadêmica e a realidade social.

Diante disso, constata-se que a relevância científica dessa proposta do Projeto *Experimentação: Prática, Ensino e Pesquisa no Direito* (EPEPD) se refere ao seu potencial de desenvolver o intercâmbio de saberes e experiências, entre discentes e docentes universitários e da educação básica, que materializa os pilares da universidade, quer sejam, o ensino, a pesquisa e a extensão. Oportunizam-se estratégias e metodologias de ensino-aprendizagem que partem de evidência científica e de abordagem interseccional para a promoção da justiça social. Em termos práticos, o Projeto EPEPD é uma tecnologia social que amplia a compreensão teórica, prática e empírica do fazer e compreender o Direito, combinando métodos quantitativos e qualitativos. Portanto, seu impacto social se concretiza ao aproximar o conhecimento jurídico e a formação cidadã de docentes e discentes da rede pública de ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, p. 171-188, 2002.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *O que é interdisciplinaridade?* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. 5. Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. *A organização do trabalho na escola: alguns pressupostos*. São Paulo: Ática, 1993.

GONÇALVES, Aline Loredane; FIGUEIREDO, Frederico de Carvalho. Educação para a cidadania e o ensino médio: uma revisão teórica. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 5, n. 12, p. 29077 - 29096, dez. 2019.